



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ABERTURA DO ANO JUDICIAL**

SALÃO NOBRE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 15 JANEIRO 2019

2019 é o ano em que regime saído do 25 de Abril faz 45 anos.

Este é o regime que veio consagrar Portugal como um estado de direito democrático.

Um estado cujo exercício do poder se baseia na vontade e na participação popular, que cria o direito e a ele se vincula.

Um estado em que a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público têm assento constitucional.

Um estado em que a Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

Nestes longos anos desde o 25 de abril muito se alcançou na consolidação da democracia, mas 45 anos é um período demasiado curto na vida de uma sociedade e na estabilização de um regime.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A democracia é um processo contínuo. Não há democracias perfeitas, nem democracias definitivas. E muito menos há democracias instantâneas, de modelo único, aplicável a todas as comunidades.

Cada estado, com base na sua História, circunstância e experiência, estabelece a democracia que melhor o serve.

O processo nem sempre é linear, com os avanços e recuos inerentes à construção de uma democracia plural, sobretudo quando saída de uma revolução, necessariamente disruptiva, que ditou o fim do regime retrogrado que impôs a Portugal um atraso de décadas.

Não temos ilusões quanto às insuficiências que ainda se verificam no nosso sistema democrático.

Estamos conscientes que temos de continuar a trabalhar, não só para melhorar a qualidade da nossa democracia, mas também para a consolidar e proteger das ameaças e dos ataques que nos dias de hoje assumem proporções inquietantes.

Vivemos tempos de intimidação da democracia, quer através de ações terroristas, quer através do ressurgimento de ideologias, que julgávamos desacreditadas, fomentadoras de ódio, xenofobia e racismo.

Vivemos tempos em que políticos populistas, em democracias recentes, mas também em democracias que considerávamos sólidas, não se coíbem de glorificar ideias iliberais e patriotismos unilateralistas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Vivemos tempos em que mesmo no seio da União Europeia, em flagrante violação de seus princípios fundacionais, estados membros colocam em causa a separação de poderes.

Todos estamos cientes da importância da perceção na política e da dificuldade em contrariar os equívocos que dela possam resultar.

Se há faculdade que os demagogos tão bem cultivam é o da perceção das deficiências, reais ou imaginárias, de cada sistema.

E os sistemas democráticos, com a sua intransigente defesa dos direitos fundamentais, a sua abertura ao diálogo, a sua tolerância do outro, são os mais vulneráveis.

Também na justiça, a perceção é fundamental.

A existência de um sistema judicial independente e prestigiado é condição necessária em qualquer democracia.

Não há estado de direito democrático sem confiança nas leis e sem confiança nos tribunais.

A existência de um sistema de justiça qualificado é também essencial para a competitividade da economia e para a atração de investimento.

Não podemos, todavia, deixar de reconhecer que, como outras instituições democráticas, o setor da justiça está sob suspeita, que prevalece a desconfiança dos cidadãos e das empresas quanto à qualidade e à imparcialidade da lei e do sistema judicial.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A perceção da ineficácia da justiça, da desigualdade no tratamento, da impunidade, é sistematicamente usada para minar a confiança dos cidadãos nas instituições e nos processos democráticos.

E os indicadores são perturbantes.

Os inquéritos à opinião pública revelam que a confiança na justiça em Portugal se mantém em valores inferiores a 50%, em linha com os estados do sul da Europa, mas longe dos índices que se verificam nos estados do norte europeu.

Há, contudo, sinais encorajadores.

Segundo o Eurobarómetro, em 2017 registou-se um acréscimo na propensão das pessoas e empresas em Portugal para classificar como boa a independência de tribunais e juízes.

Uma subida de 10 pontos percentuais em relação a 2016.

É positivo, mas ainda insuficiente.

Há, pois, que reforçar a confiança dos cidadãos no sistema judicial, melhorar a perceção que têm da justiça.

Não duvido que todos desejamos uma justiça mais ágil e transparente, uma justiça mais humana e próxima dos cidadãos, uma justiça mais equitativa no tratamento dos cidadãos e na defesa dos seus direitos.

A tarefa não é fácil.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Desde logo, porque a justiça dirime conflitos, e haverá sempre uma parte que se sentirá injustiçada.

Depois, porque a sociedade em que vivemos tornou-se mais complexa, as leis que nos governam mais especializadas e as querelas a resolver mais sofisticadas.

E essa complexidade nem sempre é facilmente sintetizada, de modo a permitir a boa compreensão da decisão pelos seus destinatários ou pelo público em geral e, conseqüentemente, a sua aceitação.

Por outro lado, a rapidez na evolução da sociedade e das relações sociais e comerciais que vão surgindo a cada instante demora a ter tradução na legislação e a obter resposta dos tribunais.

É verdade que vivemos num tempo em que a informação – ou a desinformação – viaja a velocidade quase instantânea, pouco compatível com a ponderação exigida à justiça.

O tempo da justiça não é, nem pode ser, o tempo da comunicação social e muito menos o tempo das redes sociais.

Mas o tempo da ponderação não pode servir para justificar a morosidade que por vezes caracteriza o andamento da justiça.

A demora na aplicação da justiça tende a ser a negação da própria justiça.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

As soluções para estas e outras questões terão, necessariamente, de ser encontradas em diálogo franco e aberto entre a Assembleia da República, o Governo e os vários agentes do sistema judicial: magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, advogados, polícias e funcionários.

Da parte da Assembleia da República, sede do poder legislativo, posso assegurar que há total disponibilidade para, como é óbvio, em total interdependência com os outros órgãos de soberania, como a Constituição determina, sem pressões e sem reservas, discutir e encontrar as respostas aos anseios de todos nós quanto ao funcionamento da justiça.

Este é um compromisso que quero aqui deixar.

É uma honra estar presente em mais uma Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial e poder dirigir-me a vós, em nome da Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos portugueses, saudando a presença pela primeira vez do Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e da Senhora Procuradora-Geral da República.

É em nome da Casa da Democracia que quero manifestar o reconhecimento a todos os profissionais dedicados que nos Tribunais, no Ministério Público, no Ministério da Justiça e nas demais entidades e organismos do setor dão o seu melhor para servir a Justiça.

Quero também deixar uma saudação aos advogados, aqui representados pelo Bastonário da sua Ordem.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A todos, desejo um excelente Novo Ano Judicial, na esperança, por todos partilhada, de que o tempo que agora começa seja marcado por mais e melhor Justiça.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Eduardo Ferro Rodrigues